

Palavras do Diretor

No clima de intenso crescimento do intercâmbio comercial entre nações desenvolvidas ou não, tem despertado o interesse da teoria econômica um personagem dos mais controvertidos na economia moderna: a empresa multinacional, também conhecida por empresa internacional e, mais modernamente, por companhia global ou planetária.

A controvérsia sobre o papel, explícito ou velado, desempenhado pelas empresas multinacionais, no Brasil, é antiga, mas foi um discurso do Presidente Ernesto Geisel, quando ainda candidato pela Arena para ocupar a Presidência da República, que as elevou bruscamente ao nível de preocupação de Chefe de Estado.

A frase com a qual o Presidente Geisel se referiu a elas — “Ainda não nos é dado avaliar o potencial, para o bem, ou talvez para o mal, das empresas multinacionais, novos protagonistas singulares no cenário dantes restrito aos Estados-Nações” — tem sido repetida desde então diuturnamente pelos jornais, periódicos, políticos e estudiosos.

O aparecimento das empresas multinacionais — cujos propósitos confessos são conseguir um mundo sem barreiras nacionais e criar uma economia mundial integrada e racional — e seu fortalecimento, vêm dando às nações mais desenvolvidas a capacidade de estender aos países menos adiantados as fundações ideológicas do capitalismo moderno e de tornar as elites dos países pobres suas discípulas, conferindo às nações industriais enorme poder de barganha.

“O que se poderia considerar uma atitude pragmática e realista em face das empresas multinacionais, em consonância com os interesses nacionais dos países, por parte do mundo e, em particular,

da América Latina", incluiria, segundo o Ministro Reis Velloso,¹ a definição de "alguns pontos básicos:

Primeiro: A contribuição mais importante das multinacionais, obviamente, não é o aporte de capital. Desde logo, a transferência de tecnologia sofisticada e de novos métodos de *management* evidencia-se mais relevante.

Segundo: Talvez os governos estejam subestimando a sua capacidade de influir sobre a contribuição que a multinacional pode dar ao desenvolvimento nacional.

Terceiro: A política de associações (*joint ventures*), significa atualmente, com a atitude menos rígida das multinacionais, alternativa de boas possibilidades.

Quarto: Deve haver nítida consciência de que a exploração dos recursos naturais básicos do País deve fazer-se, antes de tudo, em seu benefício.

Quinto: A empresa multinacional deve evitar atitude de reserva ou restrição quanto às políticas internas de fortalecimento da empresa nacional.

A verdade é que a avaliação do desempenho das multinacionais deve ser conduzida no plano mais alto, de verificar em que medida se estão associando à estratégia de desenvolvimento do País".

Nossa intenção, com a publicação deste número especial sobre multinacionais, é manter abertos os horizontes para a discussão sobre a convivência da economia brasileira com os capitais externos, criando clima propício para um amplo debate sobre as conveniências ou inconveniências de participação do capital estrangeiro no desenvolvimento do País.

Os artigos apresentados neste número são traduções de trabalhos publicados em periódicos americanos, nos últimos cinco anos, e selecionados pelo Prof. Getúlio Carvalho, Chefe do Departamento de Estudos Governamentais, da Escola Brasileira de Administração Pública. Representam pontos de vista de economistas, advogados e cientistas políticos colocados "do lado de lá da fronteira", mas nem por isso veiculadores de conotações dominadoras. O tratamento que cada um dos autores — todos eles gozando de conceito multinacional — dá ao tema, tem um sabor muito mais científico do que ideológico, fato esse que cada leitor poderá apreciar com maior propriedade ao ler os quatro artigos que constituem este número.

A seção de documentos publica um resumo de estudo realizado pela OIT sobre direito do trabalho e multinacionais, enriquecido por uma introdução do Prof. Délio Barreto de Albuquerque Maranhão e, também, uma bibliografia sobre o tema deste número da RAP.

¹ Pronunciamento na sessão de abertura da IV Mesa-Redonda sobre Investimentos Estrangeiros na América Latina. Salvador — BA, 21 de out. de 1974.